



CONTRATO SEAP/PA Nº 098/2023

Inexigibilidade nº 008/2023

PAE nº 2023/863149

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | Secretaria De Estado De Administração Penitenciária Do Estado Do Pará – SEAP/PA
CNPJ nº 05.929.042/0001-25.

CONTRATADO

VMI Sistemas De Segurança Ltda
CNPJ nº 05.293.074/0001-87.



OBJETO

Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan).





LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços devem ser executados em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, nos seguintes endereços e no horário de 08h00m às 17h00m:

Item 1:

Local de Retirada: Centro de Recuperação Penitenciária do Pará 5 - CRPP5 (BR 316, KM 50, s/nº - Vila de Americano, Santa Izabel do Pará, Cep 68.790-000 – Complexo Penitenciário de Americano). Local de Destino: Nova portaria do CRPP5.

Item 2:

Local de Retirada: Central de Triagem Masculino 3 - CTM 3 (BR 316, KM 50, s/nº - Vila de Americano, Santa Izabel do Pará, Cep 68.790-000 – Complexo Penitenciário de Americano) Local de Destino: Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua – CRF Ananindeua (Estrada do Caixa Pará, s/nº, Levilândia, Ananindeua, CEP 67.015-520).

Item 3:

Local de Retirada: Presídio Estadual Metropolitano 2 – PEM 2 (Rua São Pedro ou Travessa Maria de Freiras Guimarães 416-1100, Parque das Palmeiras, Marituba, CEP 67.105-290). Local de Destino: Nova portaria do Complexo de Marituba (Rua São Pedro ou Travessa Maria de Freiras Guimarães 416-1100, Parque das Palmeiras, Marituba, CEP 67.105-290).



MARCO ANTONIO
SIROTHEAU
CORREA
RODRIGUES:57740
47

Assinado de forma digital
por MARCO ANTONIO
SIROTHEAU CORREA
RODRIGUES:5774047
Dados: 2023.12.14
16:54:20 -03'00'



VALOR TOTAL

R\$ 158.008,77

REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **11/09/2023**
(data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Até **30 (trinta) dias corridos**, a contar do
Prazo recebimento da nota fiscal ou fatura ates-
tada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

Os fiscais do contrato são os servidores **MARCELO NAZARETH LOBATO**, matrícula nº 5919509, como fis-
cal titular, e **ANTONIO SÉRGIO PIMENTA QUINDERÉ JÚNIOR**, matrícula nº 54193727, fiscal suplente, lota-
dos na Gerência de Patrimônio.



VIGÊNCIA

Prazo **12 (doze) meses**.

Início A contar da data de assinatura do con-
trato.





CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ, por intermédio de **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/PA**, com sede na Avenida João Paulo II, nº 602, Marco, entre Vileta e Humaitá, CEP: 66.095-492, na cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob nº 05.929.042/0001-25, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária, **MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 13827 PM/PA e do CPF nº 462.525.762-04.

CONTRATADO

VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.293.074/0001-87, com sede na Av. Hum, 55, Distrito Industrial Genesco Aparecido De Oliveira, CEP 33400-000, Lagoa Santa/MG, E-mail: licitacao@vmis.com.br, contato: (31) 3622-2200, neste ato representado por **ALAN MORAES VIEGAS**, RG nº 14.402.132 SSP/MG, CPF nº 085.759.966-65.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo da **contratação direta** por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, constante no PAE nº 2023/863149, e é regido pelo artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.





CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é a contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan), conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta, e aos anexos desses documentos.

3.3 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Descrição	Preço unit	Qtd	Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MOVIMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTO BODYSCAN. Serviço de desinstalação, transporte e instalação de equipamento SCANNER SPECTRUM BODYSCAN SV, de RP 56.290 e N/S° 04103001001. Local de Retirada: Centro de Recuperação Penitenciária do Pará 5 - CRPP5 (BR 316, KM 50, s/n° - Vila de Americano, Santa Izabel do Pará, Cep 68.790-000 – Complexo Penitenciário de Americano). Local de Destino: Nova portaria do CRPP5. O serviço consiste: - Movimentação do equipamento SCANNER	R\$ 50.935,33	1	R\$ 50.935,33





SPECTRUM BODYSCAN SV,
N/S° 04103001001; - Montagem;

- Desmontagem; - Transporte; - Empilhadeira; - Seguro (transporte e equipamento); - Teste de Funcionalidade (Antes da desmontagem e após a desmontagem).

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MOVIMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTO BODYSCAN. Serviço de

desinstalação, transporte e instalação de equipamento SCANNER SPECTRUM BODYSCAN SV, de RP 56.287 e N/S° 4102001001. Local de Retirada: Central de Triagem Masculino 3 - CTM 3 (BR 316, KM 50, s/n° - Vila de Americano, Santa Izabel do Pará, Cep 68.790-000 –

2

Complexo Penitenciário de Americano) Local de Destino: Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua – CRF Ananindeua (Estrada do Caixa Pará, s/n°, Levilândia, Ananindeua, CEP 67.015-520). O serviço consiste: - Movimentação do equipamento SCANNER SPECTRUM BODYSCAN SV, N/S° 04103001001; - Montagem; - Desmontagem; - Transporte; - Empilhadeira; - Seguro (transporte e equipamento); - Teste de

R\$
60.898,61

1

R\$
60.898,61





Funcionalidade (Antes da
desmontagem e após a
desmontagem).

CONTRATAÇÃO DE EM-
PRESA ESPECIALIZADA
PARA MOVIMENTAÇÃO DE
EQUIPAMENTO BODYS-
CAN.

Serviço de desinstalação,
transporte e instalação de
equipamento SCANNER
SPECTRUM BODYSCAN SV,
de RP 56.293 e N/S°
03792401001. Local de Re-
tirada: Presídio Estadual
Metropolitano 2 – PEM 2
(Rua São Pedro ou Travessa
Maria de Freiras Guimarães
416-1100, Parque das Pal-
meiras, Marituba, CEP
67.105-290). Local de Des-
tino: Nova portaria do
Complexo de Marituba
(Rua São Pedro ou Travessa
Maria de Freiras Guimarães
416-1100, Parque das Pal-
meiras, Marituba, CEP
67.105-290).

O serviço consiste: - Movi-
mentação do equipamento
SCANNER SPECTRUM BO-
DYSCAN SV, N/S°
04103001001; - Monta-
gem; - Desmontagem; -
Transporte;
- Empilhadeira; - Seguro
(transporte e equipa-
mento);
- Teste de Funcionalidade
(Antes da desmontagem e
após a desmontagem).

3

R\$
46.174,83

1

R\$
46.174,83





TO- TAL	R\$ 158.008,77
------------	-------------------

CLÁUSULA 4

Local e hora da prestação do serviço

O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ 158.008,77** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2023**, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho	97.0101.1.03.421.1502.8283
Elemento de Despesa	339039.
Fonte	0.1.500.000.01.
Plano Interno	1050008283C.

CLÁUSULA 7





Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **11/09/2023** (data do orçamento estimado).

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **até 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADA no Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), cujos dados serão especificados posteriormente, por apostilamento.





8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.





8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **5%** do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência 0015.

Conta 000188057-8.

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **30 dias**, a contar de sua notificação.

9.7 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.





9.8 A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.





- c.** Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d.** A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f.** Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.
- g.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- a.** Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- b.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.





- c. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- d. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- e. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- f. Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- g. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- h. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- i. Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- j. Não permitir:
 - 1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 - 2. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.





- m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:





Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	
g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	
i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.	
k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	





12.2 O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
a. 0,06% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos .	15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. 0,33% sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

a. A natureza e gravidade da infração.





- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.





13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelos servidores **MARCELO NAZARETH LOBATO**, matrícula nº 5919509, como fiscal titular, e **ANTONIO SÉRGIO PIMENTA QUINDERÉ JÚNIOR**, matrícula nº 54193727, fiscal suplente, lotados na Gerência de Patrimônio, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.





CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **10 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do contrato.





19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), na data da assinatura.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES:5774047
7
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES:5774047
Dados: 2023.12.14 16:58:03 -03'00'

**MARCO ANTONIO SIROTHEAU
CORRÊA RODRIGUES**
Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará
Contratante

ALAN MORAES VIEGAS:08575996665
Assinado de forma digital por ALAN MORAES VIEGAS:08575996665
Dados: 2023.12.14 13:27:47 -03'00'

ALAN MORAES VIEGAS
Vmi Sistemas De Segurança Ltda
Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

RG:

CPF:

Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

RG:

CPF:

Testemunha



RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor ANTONIO SÉRGIO PIMENTA QUINDERÉ JÚNIOR - Matrícula Funcional nº 54193727 como fiscal titular e o servidor ANDREWS JUNIOR VITORIANO MORAES - Matrícula Funcional nº 5949736 como fiscal suplente do Contrato Administrativo nº 084/2023/SEAP, celebrado entre a empresa CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, cujo objeto é Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária - EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Protocolo: 1024191

ERRATA

PORTARIA Nº 1908/2023 – DGP. SEAP BELÉM, 12 DE DEZEMBRO DE 2023, publicada no DOE 35.644 de 14/12/2023, Protocolo: 1023459.

Servidor:

- CAIO CEZAR SANTOS CONCEIÇÃO, Matrícula n.º 5906713/3

Onde se lê: no período: 02/01/2024 a 31/01/2024

Leia-se: no período: 02/01/2024 a 01/03/2024

Protocolo: 1024090

PORTARIA Nº 1944/2023 – DGP. SEAP BELÉM, 12 DE DEZEMBRO DE 2023, publicada no DOE 35.644 de 14/12/2023, Protocolo: 1023459.

Servidor:

- JOSÉ WALLACE ROBSON FERREIRA FONSECA, Matrícula n.º 57209997/2

Onde se lê: no período: 02/01/2024 a 31/01/2024

Leia-se: no período: 15/01/2024 a 13/02/2024

Protocolo: 1024091

CONTRATO

CONTRATO: 098/2023/SEAP/PA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023/SEAP

EXERCÍCIO: 2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA.

VALOR TOTAL: R\$ 158.008,77

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho

97.0101.1.03.421.1502.8283 Elemento de Despesa 339039. Fonte

0.1.500.000.01. Plano Interno 1050008283C.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2023

VIGÊNCIA: 14 /12/2023 a 14/12/2024

CONTRATADO: VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 05.293.074/0001-87

ENDEREÇO: Av. hum, 55, distrito industrial Genesco Aparecido de Oliveira, Lagoa Santa/MG.

ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES -

Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 1024179

CONTRATO: 084/2023/SEAP/PA

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023/SEAP/PA

EXERCÍCIO: 2023

OBJETO: Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária - EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

VALOR TOTAL: R\$ 1.994.022,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programa de trabalho 97.0101.1.03.128.1502.8832.

Natureza de despesa 339030.

Fonte 0.1.500.000.01.

Plano Interno: 1050008832C.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2023

VIGÊNCIA: 14/12/2023 A 14/12/2024.

CONTRATADO: Condor S/A Indústria Química

CNPJ: 30.092.431/0001-96

ENDEREÇO: Rua Armando Dias Pereira, 160 Nova Iguaçu - RJ

ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES -

Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 1024197

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2023/SEAP

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - SEAP/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-25, e a empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA,

pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.293.074/0001-87.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan).

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

VALOR ESTIMADO: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e sete centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Programa de Trabalho:

97.0101.1.03.421.1502.8283. Natureza de despesa: 339039. Fonte:

0.1.500.000.01. PI: 1050008283C.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES - Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará.

FORO: Belém - Estado do Pará.

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará

Protocolo: 1024180

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023/SEAP/PA

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - SEAP/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-2, e a empresa Condor S/A Indústria Química, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 30.092.431/0001-96

DO OBJETO: Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária - EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.994.022,00 (Um milhão, novecentos e noventa e quatro mil e vinte e dois reais)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática:

97.0101.1.03.128.1502.8832.; Natureza de despesa: 339030. Fonte:

0.1.500.000.01. PI: 1050008832C.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES - Secretário de Estado De Administração Penitenciária.

FORO: Belém - Estado do Pará.

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado De Administração Penitenciária

Protocolo: 1024194

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 005/2023 para aquisição de Projeteis e Granadas, conforme descrito no Termo de Referência.

Valor: R\$ 1.994.022,00 (Um milhão novecentos e noventa e quatro mil e vinte e dois reais)

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado De Administração Penitenciária

Protocolo: 1024196

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 008/2023 para Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan).

Valor: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e sete centavos).

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará

Protocolo: 1024184

APOSTILAMENTO

PROCESSO: 2020/288603

APOSTILAMENTO Nº. 04 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2021 - SEAP

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 124/2021/SEAP VISANDO A ADEQUAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP E A EMPRESA EXPRESS ALIMENTOS - COZINHA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica nº 18.580.303/0001-96, como CONTRATADA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de quatro refeições diárias (desjejum, almoço, jantar e lanche noturno) e refeições destinadas a população da UMI (Unidade Materno-Infantil), mediante a operacionalização de fornecimento, preparo, distribuição e transporte para as unidades penitenciárias e delegacias de Polícia Civil sob responsabilidade



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2023/SEAP

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ – SEAP/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-25, e a empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.293.074/0001-87.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan).

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

VALOR ESTIMADO: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e sete centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Programa de Trabalho: 97.0101.1.03.421.1502.8283. Natureza de despesa: 339039. Fonte: 0.1.500.000.01. PI: 1050008283C.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES - Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará.

FORO: Belém – Estado do Pará.

Belém, na data da assinatura.

MARCO ANTONIO
SIROTHEAU CORREA
RODRIGUES:5774047

Assinado de forma digital por
MARCO ANTONIO SIROTHEAU
CORREA RODRIGUES:5774047
Dados: 2023.12.14 16:53:33
-03'00'

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará





Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Coordenadoria de Contratos



RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, **MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES**, resolve ratificar o **Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 008/2023** para Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan).

Valor: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e sete centavos).

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará



RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor ANTONIO SÉRGIO PIMENTA QUINDERÉ JÚNIOR - Matrícula Funcional nº 54193727 como fiscal titular e o servidor ANDREWS JUNIOR VITORIANO MORAES - Matrícula Funcional nº 5949736 como fiscal suplente do Contrato Administrativo nº 084/2023/SEAP, celebrado entre a empresa CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, cujo objeto é Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária - EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Protocolo: 1024191

ERRATA

PORTARIA Nº 1908/2023 – DGP. SEAP BELÉM, 12 DE DEZEMBRO DE 2023, publicada no DOE 35.644 de 14/12/2023, Protocolo: 1023459.

Servidor:

- CAIO CEZAR SANTOS CONCEIÇÃO, Matrícula n.º 5906713/3

Onde se lê: no período: 02/01/2024 a 31/01/2024

Leia-se: no período: 02/01/2024 a 01/03/2024

Protocolo: 1024090

PORTARIA Nº 1944/2023 – DGP. SEAP BELÉM, 12 DE DEZEMBRO DE 2023, publicada no DOE 35.644 de 14/12/2023, Protocolo: 1023459.

Servidor:

- JOSÉ WALLACE ROBSON FERREIRA FONSECA, Matrícula n.º 57209997/2

Onde se lê: no período: 02/01/2024 a 31/01/2024

Leia-se: no período: 15/01/2024 a 13/02/2024

Protocolo: 1024091

CONTRATO

CONTRATO: 098/2023/SEAP/PA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023/SEAP

EXERCÍCIO: 2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA.

VALOR TOTAL: R\$ 158.008,77

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho 97.0101.1.03.421.1502.8283 Elemento de Despesa 339039. Fonte 0.1.500.000.01. Plano Interno 1050008283C.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2023

VIGÊNCIA: 14/12/2023 a 14/12/2024

CONTRATADO: VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 05.293.074/0001-87

ENDEREÇO: Av. hum, 55, distrito industrial Genesco Aparecido de Oliveira, Lagoa Santa/MG.

ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES -

Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 1024179

CONTRATO: 084/2023/SEAP/PA

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023/SEAP/PA

EXERCÍCIO: 2023

OBJETO: Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária - EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

VALOR TOTAL: R\$ 1.994.022,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programa de trabalho 97.0101.1.03.128.1502.8832.

Natureza de despesa 339030.

Fonte 0.1.500.000.01.

Plano Interno: 1050008832C.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2023

VIGÊNCIA: 14/12/2023 A 14/12/2024.

CONTRATADO: Condor S/A Indústria Química

CNPJ: 30.092.431/0001-96

ENDEREÇO: Rua Armando Dias Pereira, 160 Nova Iguaçu - RJ

ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES -

Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 1024197

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2023/SEAP

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - SEAP/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-25, e a empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA,

pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.293.074/0001-87.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan).

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

VALOR ESTIMADO: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e sete centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Programa de Trabalho: 97.0101.1.03.421.1502.8283. Natureza de despesa: 339039. Fonte: 0.1.500.000.01. PI: 1050008283C.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES - Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará.

FORO: Belém - Estado do Pará.

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará

Protocolo: 1024180

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023/SEAP/PA

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - SEAP/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-25, e a empresa Condor S/A Indústria Química, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 30.092.431/0001-96

DO OBJETO: Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária - EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.994.022,00 (Um milhão, novecentos e noventa e quatro mil e vinte e dois reais)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática: 97.0101.1.03.128.1502.8832.; Natureza de despesa: 339030. Fonte: 0.1.500.000.01. PI: 1050008832C.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES - Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

FORO: Belém - Estado do Pará.

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 1024194

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 005/2023 para aquisição de Projeteis e Granadas, conforme descrito no Termo de Referência.

Valor: R\$ 1.994.022,00 (Um milhão novecentos e noventa e quatro mil e vinte e dois reais)

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 1024196

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 008/2023 para Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan).

Valor: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e sete centavos).

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará

Protocolo: 1024184

APOSTILAMENTO

PROCESSO: 2020/288603

APOSTILAMENTO Nº. 04 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2021 - SEAP

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 124/2021/SEAP VISANDO A ADEQUAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP E A EMPRESA EXPRESS ALIMENTOS - COZINHA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica nº 18.580.303/0001-96, como CONTRATADA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de quatro refeições diárias (desjejum, almoço, jantar e lanche noturno) e refeições destinadas a população da UMI (Unidade Materno-Infantil), mediante a operacionalização de fornecimento, preparo, distribuição e transporte para as unidades penitenciárias e delegacias de Polícia Civil sob responsabilidade